

# Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires

Direitos de Propriedade, Terra e Território nos Impérios  
Ultramarinos Europeus

Edited by José Vicente Serrão  
Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues  
and Susana Münch Miranda

© 2014 CEHC-IUL and the authors.

All rights reserved.

Title: Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires.

Edited by: José Vicente Serrão, Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues, Susana Münch Miranda.

Editorial Assistant: Graça Almeida Borges.

Year of Publication: 2014.

Online Publication Date: April 2015.

Published by: CEHC, ISCTE-IUL. Avenida das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa, Portugal. Tel.: +351 217903000. E-mail: [cehc@iscte.pt](mailto:cehc@iscte.pt).

Type: digital edition (e-book).

ISBN: 978-989-98499-4-5

DOI: [10.15847/cehc.prlteoe.945X000](https://doi.org/10.15847/cehc.prlteoe.945X000)

Cover image: “The home of a ‘Labrador’ in Brazil”, by Frans Post, c. 1650-1655 (Louvre Museum).

This book incorporates the activities of the FCT-funded Research Project (PTDC/HIS-HIS/113654/2009)  
“Lands Over Seas: Property Rights in the Early Modern Portuguese Empire”.

# Contents | Índice

<b>Introduction</b>	
Property, land and territory in the making of overseas empires <i>José Vicente Serrão</i>	7
<b>Part I Organisation and perceptions of territory Organização e representação do território</b>	
1. Ownership and indigenous territories in New France (1603-1760) <i>Michel Morin</i>	21
2. Brazilian landscape perception through literary sources (16th-18th centuries) <i>Ana Duarte Rodrigues</i>	31
3. Apropriação econômica da natureza em uma fronteira do império atlântico português: o Rio de Janeiro (século XVII) <i>Maria Sarita Mota</i>	43
4. A manutenção do território na América portuguesa frente à invasão espanhola da ilha de Santa Catarina em 1777 <i>Jeferson Mendes</i>	55
5. Urbanística e ordenamento do território na ocupação do Atlântico: as ilhas como laboratório <i>Antonieta Reis Leite</i>	67
6. Do mar à serra: a apropriação do solo na ilha da Madeira <i>Nelson Veríssimo</i>	81
7. Cartografia de uma propriedade na ilha de São Miguel: as Furnas de José do Canto (século XIX) <i>Pedro Maurício Borges</i>	89
<b>Part II European institutions in colonial contexts Instituições europeias em contextos coloniais</b>	
8. Bens, direitos e rendimentos no reino e na América portuguesa: o morgado e a capitania (século XVI) <i>Maria Leonor García da Cruz</i>	99
9. Capelas e terras de ónus de missa na ilha do Fogo, Cabo Verde (séculos XVI-XVIII) <i>Maria João Soares</i>	115
10. Valorização e exploração do património vinculado em São Miguel (séculos XVII-XVIII) <i>José Damião Rodrigues</i>	123
11. História da propriedade eclesiástica nos Açores: o património do convento de São João de Ponta Delgada (século XVII) <i>Graça Delfim</i>	135
12. A exploração da terra sob o regime da <i>colônia</i> no arquipélago da Madeira <i>João Palla Lizardo</i>	145
13. A persistência dos sistemas tradicionais de propriedade fundiária em Damão e Baçaim (século XVI) <i>Luis Frederico Dias Antunes</i>	155
14. Property rights and social uses of land in Portuguese India: the Province of the North (1534-1739) <i>Susana Münch Miranda</i>	169

<b>Part III Colonial land policies</b>		
<b>Políticas de terras coloniais</b>		
15.	The Portuguese land policies in Ceylon: on the possibilities and limits of a process of territorial occupation <i>José Vicente Serrão</i>	183
16.	Influência política, ocupação territorial e administração (in)direta em Timor (1702-1914) <i>Manuel Lobato</i>	197
17.	A expulsão dos jesuítas e a secularização da propriedade da terra no Pará do Setecentos <i>José Alves de Souza Junior</i>	211
18.	Conquest, occupation, colonialism and exclusion: land disputes in Angola <i>Mariana Pinho Candido</i>	223
19.	Labour exploitation and the question of land rights in colonial Malawi (Nyasaland) <i>Davemonie Sawasawa</i>	235
20.	Regime de terras e cultivo de algodão em dois contextos coloniais: Uganda e Moçambique (1895-1930) <i>Albert Farré</i>	245
21.	African access to land in early 20th century Portuguese colonial thought <i>Bárbara Direito</i>	255
<b>Part IV Property, society and conflict</b>		
<b>Propriedade, sociedade e conflito</b>		
22.	Traders, middlemen, smugglers: the Chinese and the formation of colonial Timor (18th-19th centuries) <i>Paulo Jorge de Sousa Pinto</i>	267
23.	As repercussões do elitismo colonial português na exploração da terra em Moçambique (século XX) <i>Martinho Pedro</i>	279
24.	Direito à terra e ao território em Moçambique no período colonial e após a independência <i>José Gil Vicente</i>	291
25.	Land law and polygamy in the Bamiléké tribe in Cameroon <i>Mathurin Clovis Tadonkeng</i>	305
26.	As dívidas do açúcar na capitania de Pernambuco (século XVIII) <i>Teresa Cristina de Novaes Marques</i>	313
27.	Territorialidade e sentidos da posse da terra na Zona da Mata de Pernambuco <i>Ana Luísa Micaelo</i>	325
28.	The transformation of the property regime in 19th century Argentina <i>Federico Benninghoff Prados</i>	335

---

## Territorialidade e sentidos da posse da terra na Zona da Mata de Pernambuco

Ana Luísa Micaelo<sup>1</sup>

*Abstract:* This study advances an anthropological problematization of land ownership through an analysis of experiences and social meanings attributed to land at Zona da Mata de Pernambuco (Northeastern Brazil). The region is characterized by a huge concentration of land in large private estates of sugarcane plantations. Since the early colonial period, this economy is cyclically reorganised and determinant as to the conditions of access to land and property rights of the majority of the local population. However, in the last two decades there has been a complexification of the territorial web. Land occupations were carried out by social movements claiming land reform, which have concentrated at Zona da Mata two thirds of the rural settlements in the whole of the state of Pernambuco. The appropriation of land will thus be addressed in the context of the new social and territorial dynamics arising from the establishment of land reform settlements, by stressing the way in which land has been incorporated into the family projects of these land reform settlers, former plantation dwellers and sugarcane plantation wage workers. Disputes around the notions of territoriality and property constitute different meanings of land ownership for the plantations, squatter encampments and settlements that contemporarily characterize, in their coexistence, the region of Zona da Mata de Pernambuco.

*Resumo:* Este texto propõe uma problematização antropológica da posse da terra através da análise das vivências e significados sociais da terra na Zona da Mata de Pernambuco (Nordeste do Brasil). A região é caracterizada pela enorme concentração de terras em grandes propriedades privadas destinadas à plantação de cana-de-açúcar. Esta economia que se reorganiza ciclicamente desde o início do período colonial é determinante quanto às condições de acesso à terra e aos direitos de propriedade da maior parte da população local. Nas últimas duas décadas tem vindo, contudo, a verificar-se uma complexificação da trama territorial impelida pelas ocupações de terra levadas a cabo pelos movimentos sociais que reivindicam a realização da reforma agrária e que concentraram na Zona da Mata dois terços dos assentamentos rurais de todo o estado de Pernambuco. Pretende-se então situar a problemática da apropriação da terra no contexto das novas dinâmicas sociais e territoriais decorrentes da constituição de assentamentos de reforma agrária, com enfoque para a forma como a terra tem sido incorporada nos projectos familiares destes assentados da reforma agrária, que haviam sido moradores de engenho e trabalhadores assalariados do corte da cana. As disputas em torno das noções de territorialidade e propriedade constituem diferentes sentidos da posse da terra dos engenhos, acampamentos e assentamentos que, na sua coexistência, caracterizam contemporaneamente a região da Zona da Mata de Pernambuco.

---

<sup>1</sup> Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Portugal, [analuismicaelo@gmail.com](mailto:analuismicaelo@gmail.com).

José Vicente Serrão, Bárbara Direito, Eugénia Rodrigues, Susana Münch Miranda (eds.). *Property Rights, Land and Territory in the European Overseas Empires*. Lisbon: CEHC-IUL, 2014. ISBN: 978-989-98499-4-5.

© 2014 CEHC-IUL and Ana Luísa Micaelo. Chapter DOI:10.15847/cehc.prkteoe.945X027.

Neste texto apresento uma problematização antropológica em torno da posse da terra através da análise das vivências e significados sociais da terra num assentamento de reforma agrária situado na Zona da Mata de Pernambuco, no Nordeste do Brasil. A longa história do cultivo da cana-de-açúcar na região reflecte-se até aos nossos dias. Desde o início da colonização portuguesa, no século XVI, que a Zona da Mata de Pernambuco é marcada pelas extensas plantações de cana ao longo das encostas onde antes existia uma densa Mata Atlântica. A produção de açúcar destinada à exportação baseou-se no sistema de plantação, caracterizado pela concentração da terra, o emprego de trabalho escravo e a transformação industrial da cana numa única unidade económica chamada de “engenho”, cujo proprietário era o “senhor-de-engenho”. Este detinha não só o controlo sobre a terra, como sobre a totalidade das condições de produção. Em geral, os proprietários desses engenhos eram sesmeiros ligados aos donatários das capitânias e recebiam o financiamento de comerciantes europeus (Diégues Júnior 1959; Andrade 2001). Primeiro com mão-de-obra escrava trazida de África e depois assalariada, as plantações de cana-de-açúcar tornaram-se estruturantes do sistema económico, social e político de Pernambuco tal como Gilberto Freyre descreveu no seu ensaio clássico *Casa Grande & Senzala* (2001). Apesar da reorganização cíclica da economia da cana que teve lugar ao longo do tempo, nenhum destes ciclos quebrou substantivamente a implementação de grandes propriedades privadas de terra com cultivo extensivo de cana-de-açúcar até ao presente.

É neste contexto regional de grande concentração de terras que se disseminaram, desde o final da década de 1980, vários movimentos sociais de luta pela reforma agrária, designadamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais – reunidos na sua federação estadual, a FETAPE – e outros grupos ligados à Igreja católica, da qual se destaca a Comissão Pastoral da Terra (CPT)<sup>2</sup>. No período que se seguiu à redemocratização do Brasil, a intervenção destes “movimentos” reavivou o debate sobre a reforma agrária nesta região de grande incidência de conflitos fundiários, tendo sido determinante na constituição de uma linguagem social própria na reivindicação de terras (Sigaud *et al.* 2010). Através da ocupação e da instalação de acampamentos caracterizados pelo uso da lona preta, os diversos movimentos passaram a alegar o valor de uso da terra e a “função social” de propriedades particulares, apoiando-se juridicamente na Constituição de 1988 em que esta noção surge como condição *sine qua non* da propriedade rural. A estes movimentos juntaram-se em grande número os cortadores de cana desempregados sazonalmente que habitavam as periferias das cidades tornando-se, de facto, no móbil que despoletou o processo de reforma agrária. Em resultado dessa intervenção, ao longo das décadas de 1990 e 2000, a Zona da Mata de Pernambuco transformou-se numa das regiões brasileiras onde se criaram mais assentamentos rurais por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Apesar de a cana prevalecer economicamente, tanto a estrutura fundiária, como a estrutura das relações sociais e políticas da Zona da Mata pernambucana foram alteradas substancialmente com a proliferação de assentamentos (Leite *et al.* 2004). Com efeito, a criação de assentamentos de reforma agrária tornou possível o acesso à terra das populações mais pobres da região, que eram justamente os antigos “moradores de engenho” – expressão pela qual são conhecidos os trabalhadores de um engenho de

---

<sup>2</sup> A literatura sobre os movimentos sociais que movem esse processo de reestruturação das formas de acesso e uso da terra é já bastante vasta. Vejam-se, entre outros, Leite *et al.* 2004, Rosa 2004 e Sigaud e L’Estoile 2006.

cana-de-açúcar –, que assim têm vindo a reorganizar as suas vidas e a sua relação com a terra.

A presente reflexão sustenta-se no conhecimento etnográfico de um destes assentamentos rurais, o assentamento Arupema, onde realizei trabalho de campo com observação participante entre Abril de 2010 e Maio 2011 no âmbito do doutoramento em antropologia (Micaelo 2014a). Nessa investigação procurei entender como se constitui um assentamento de reforma agrária ao longo do tempo, enfatizando a forma como a terra tem sido incorporada nos projectos familiares dos seus habitantes, os “assentados”. Neste texto apresento alguns aspectos que se prendem com o tema da posse da terra que permeia a vivência destas pessoas cujas biografias e histórias de família, entre engenhos, acampamentos e assentamentos, se inscrevem na própria história da Zona da Mata de Pernambuco.

### **1. Arupema: de engenho a assentamento de reforma agrária**

Estabelecido formalmente como assentamento de reforma agrária em 1998, Arupema havia sido anteriormente um engenho de cana-de-açúcar de aproximadamente 1200 hectares onde a produção de cana servia o abastecimento de uma indústria de aguardente do mesmo proprietário e, posteriormente, o fornecimento das usinas na proximidade da cidade de Vitória de Santo Antão. À época das ocupações de terra por parte do MST, no final da década de 1990, permaneciam naquele engenho cuja plantação estava em decadência apenas vinte famílias de trabalhadores que tinham os seus salários em atraso. Depois de sucessivas ocupações do engenho pelo MST colocando em evidência a sua situação de improdutividade, o processo administrativo e judicial concretizou-se finalmente na desapropriação do engenho Arupema, através da compra compulsória da propriedade por parte do INCRA com vista à constituição de um assentamento de reforma agrária.

Constituído o assentamento Arupema em 1998, a área foi então loteada e deu-se o processo de cadastro e selecção das famílias candidatas a tornarem-se “beneficiários da reforma agrária”. Aos antigos moradores do engenho que permaneceram depois de iniciado o processo, juntaram-se mais setenta famílias mobilizadas pelo MST e que eram também elas compostas por antigos moradores de outros engenhos da região. Desde então, passaram a morar em Arupema um total de noventa famílias, na sua maioria casais com filhos dependentes. A cada uma dessas famílias foi atribuída uma parcela de terra de cerca de oito a dez hectares, destinada à produção agrícola. No caso daqueles que ali viviam à época enquanto moradores de engenho, as suas parcelas foram demarcadas em função da área que ocupavam anteriormente, tendo o INCRA e todos os outros intervenientes reconhecido assim os direitos de posse sobre a terra onde os moradores já residiam e cultivavam os seus “roçados”, isto é, um pedaço de terra onde se planta mandioca, milho ou feijão – a base da alimentação desta população. Do mesmo modo, muitos dos assentados que haviam chegado a Arupema por via do acampamento do MST, começaram desde logo a fazer cultivos e também nesses casos se procurou fazer coincidir a área ocupada com as respectivas parcelas. Decorridos mais de dez anos, as parcelas do assentamento Arupema não foram desde então delimitadas materialmente com cercas ou muros, sendo os seus limites assinalados por alguns marcos originais, mas também árvores e cultivos.

Num assentamento do INCRA, a partir do momento em que as famílias se tornam assentadas, todas elas passam formalmente a ter a posse da terra e a usufruir de um conjunto de políticas públicas dirigidas à agricultura familiar, financiados e fiscalizados

pelo órgão responsável. Para aqueles que “ganham a terra”, esta situação concretiza finalmente um ideal de fixação e posse da terra face a uma história de longo termo de interdependência entre laços sociais e laborais, assentes nas relações com os senhores-de-engenho e que impelia as famílias dos trabalhadores da cana a uma trajetória de intensa circulação entre os engenhos da Zona da Mata<sup>3</sup>. No entanto, os assentados da reforma agrária não adquirem um título de propriedade das suas parcelas de terra, mas um título de “concessão de uso”. Este documento é emitido pelo INCRA, que tutela o espaço e atribui a titularidade da parcela preferencialmente aos dois elementos do casal (homem e mulher), transferindo o imóvel rural para os beneficiários em carácter provisório. Procurando impedir o fraccionamento e venda da parcela, a herança é também um regime legal que não se aplica aos beneficiários da reforma agrária. Assim, a presente concepção de reforma agrária brasileira baseia-se numa unidade operativa de “família nuclear”, sincopada, que não tem em conta as dinâmicas continuadas de posse da terra e a sua transmissão geracional.

Diferentemente de um engenho abandonado ou de uma plantação repleta de cana, como é característica da paisagem da Zona da Mata, o assentamento Arupema passou a ser um espaço ocupado pelos assentados que têm na terra o seu modo de sobrevivência. Apesar das diversas modalidades de entrada no assentamento – tanto os antigos moradores de Arupema, quanto os novos habitantes que chegaram com o MST – a maior parte das famílias assentadas decidiu construir a sua casa na respectiva parcela, gerando deste modo um povoamento disperso pelo espaço do antigo engenho. A vivência passada no engenho persiste deste modo nos planos dos que vivem actualmente em Arupema, verificando-se uma sobreposição de regimes de valor da terra entre o espaço do engenho e o do assentamento. Isto acontece em núcleos de povoamento que agregavam já mais vida social, como era o espaço da antiga sede do engenho, hoje correspondente à área comunitária do assentamento, onde as ruínas da velha casa-grande do senhor-de-engenho convivem com as novas infra-estruturas de uso colectivo, como a escola e a sede da associação, as igrejas e o pequeno posto comercial. Na mesma medida, o modelo de habitação no assentamento Arupema reflecte com particular acuidade o valor atribuído à ocupação e à organização do espaço em continuidade com o do engenho. Ali, a noção de “sítio” prevalecia enquanto espaço de relativa autonomia de um trabalhador face ao seu patrão, dado que a esse “morador com sítio” era permitido ocupar continuamente uma área de terra onde poderia morar e plantar cultivos sazonais para subsistência da família e ainda árvores de fruto. Por este motivo os sítios eram muito valorizados, acabando por manifestar também uma certa distinção social por relação aos demais trabalhadores que habitavam as casas mais próximas à casa-grande (Palmeira 2009). Justamente, a possibilidade de “botar roçado” para produzir alimento para a família e decidir o que plantar, sobretudo árvores de fruto, são algumas das referências que ganham mais relevância na rememoração que os assentados de Arupema fazem do processo de construção do lugar da família aquando da sua instalação na parcela do assentamento (Micaelo 2014a).

## 2. Sentidos da posse da terra

Apesar de serem pequenas construções, que nem sempre sobressaem na paisagem pela sua cor ou tamanho, é possível identificar as casas dos assentados ao longe a partir da existência de pequenos aglomerados de árvores de fruto. Como um pátio de acesso à

---

<sup>3</sup> Sobre a mobilidade territorial enquanto condição constitutiva das dinâmicas familiares dos assentados da Zona da Mata de Pernambuco, ver Micaelo 2014b.

casa que lhe é indissociável, o terreiro à volta do qual se dispõem as casas de habitação está frequentemente ladeado pelos grandes pés de manga, jaca, coco e caju que lhe fazem sombra e criam, de certa forma, uma barreira natural de protecção contra o calor abundante que se faz sentir na região ao longo de quase todo o ano. Estas árvores trazem ainda o benefício evidente de fornecerem frutos abundantes e nutritivos que asseguram alimento para a família. Também pela sua duração, as árvores de fruto de ciclo longo assinalam uma ocupação prolongada do terreno, condição para a existência de sítios. E, ao requerer permanência, criam-se direitos efectivos sobre a posse da terra. Do ponto de vista produtivo e mesmo da percepção local da paisagem, os sítios têm também uma maior diversidade de cultivos, hortas e árvores e destacam-se, por isso, do “deserto verde” que caracteriza a plantação de cana tão predominante na região e cuja dinâmica de plantação e colheita anual envolve a queima e o esvaziamento cíclico do espaço.

As árvores de fruto ocupam um lugar de destaque na história da propriedade da terra no Brasil, aspecto que está presente na literatura clássica e que tem vindo a ser realçado recentemente por alguns trabalhos antropológicos dedicados à territorialidade noutros contextos (Palmeira 2009; Viegas 2007). Na Zona da Mata de Pernambuco, particularmente, as árvores de fruto condensam diversos âmbitos de significação social e disputa pela posse da terra. Na segunda metade do século XX, um período em que os canais do Nordeste sofreram intensas transformações que desencadearam tensões e conflitos entre os proprietários dos engenhos e os seus ocupantes, as árvores de fruto – designadas de “bens de raiz” no Estatuto da Terra de 1964 – eram consideradas como “benfeitorias”. Tal como as casas de morada, a sua existência atestava então a anterioridade de moradores ou foreiros no local. Tanto a sua aceitação como prova em processos de indemnização por expulsão destes moradores, como na tentativa de destruição dessas provas por parte dos senhores-de-engenho (Furtado 1964), a centralidade das casas de morada e das árvores de fruto manifesta a existência de um código socialmente partilhado de reconhecimento da propriedade da terra através da sua ocupação prolongada.

Por sua vez, enquanto marcos da paisagem, as árvores de fruto evocam a memória de um espaço de habitação antigo que tem ligações profundas a várias fases do ciclo de vida, como o nascimento e a morte. Sendo um dos temas recorrentes na literatura antropológica, o enterro do “umbigo” (*i.e.* cordão umbilical) e a plantação de árvores são práticas de grande significação social que contribuem para a criação de laços de pertença entre as pessoas e a terra onde nasceram. Estas práticas comportam uma dimensão sensorial de afinidade entre o corpo das pessoas e a materialidade dos lugares que elas habitam e enfatizam uma dimensão bem mais ampla que a das condições materiais de existência.

Em Arupema, nos espaços que são ocupados há mais tempo têm vindo também a constituir-se vicinidades, isto é, redes de casas de pessoas aparentadas que habitam na proximidade umas das outras e que estruturam a sua vida familiar. Atendendo a que é no espaço doméstico que se sobrepõem diferentes dimensões experienciais de viver junto, como a partilha íntima do espaço, da comida, do cuidado e do trabalho, a análise das vivências quotidianas do assentamento leva-nos a enfatizar esta centralidade da casa na organização social local e enquanto eixo de análise do parentesco (Micaelo 2014a; Carsten 2004; Pina Cabral 1991).

À data do trabalho de campo, a geração dos titulares a quem foi atribuída uma parcela em Arupema encontrava-se entre os 45 e os 60 anos de idade e tinha então filhos

adultos. Se é verdade que, desde o momento de atribuição das parcelas, não se verificaram situações de transferência da titularidade da parcela por morte do titular, a sucessão familiar da terra está, todavia, em marcha. Com efeito, ela expressa-se na diversidade de materiais empregues na construção das casas dos assentados. Nas casas mais antigas, de pedra ou tijolo maciço, habitam os antigos moradores de Arupema que permaneceram no assentamento. Estas casas de morada foram construídas nos tempos idos do engenho para albergar as famílias dos trabalhadores mais permanentes. Apesar de serem propriedade do senhor-do-engenho, muitas delas foram habitadas por famílias de moradores ao longo de várias décadas e, em muitos casos, passaram dos pais para os filhos que mantiveram esta relação contratual de casa e trabalho (Palmeira 2009).

O segundo tipo de casa que encontramos em Arupema é mais abundante e corresponde aos edifícios que foram construídos no momento da criação do assentamento em todas as parcelas onde não existia uma moradia com condições de habitabilidade. Estas têm a mesma tipologia arquitectónica das casas mais antigas, embora as suas paredes empreguem tijolo comum, que raramente se encontra rebocado ou pintado. Este aspecto diferencia de forma clara os assentados que chegaram após a criação do assentamento daqueles que eram antigos moradores de Arupema e que permaneceram desde então nas respectivas “casas de morada”.

Por fim, existem ainda em Arupema algumas “casas de taipa”, ou seja, casas de madeira e barro, que são as construções mais recentes e que se assemelham àquelas que “os sem-terra” constroem nos acampamentos do MST, recorrendo por vezes ao uso da lona preta. Frequentemente feitas pelos próprios filhos dos assentados à medida que constituem a sua família, as casas de taipa vão-se erguendo nas parcelas do assentamento ao redor dos terreiros das outras casas. O aparecimento destas casas de taipa dos filhos dos titulares prende-se, evidentemente, com o ciclo de vida familiar. Antecipando o casamento, é esperado que o filho mais velho constitua a sua casa na proximidade da dos pais, sendo-lhe por esta via reconhecido socialmente o estatuto de sucessor da parcela.

Em Arupema é comum haver mais do que uma casa em cada parcela, constituindo uma espécie de aglomerado de casas em torno de um único terreiro. Estas casas estabelecem entre si relações de parentesco, aproximando-se da noção de sítio enquanto espaço social da família camponesa, tão característica dos meios rurais nordestinos (Queiroz 1976; Woortmann 1995; Wanderley 2003). Como um sítio que é recriado nos assentamentos, a parcela constitui-se como um lugar de identidades continuadas (Pina Cabral e Silva 2013), por onde os vários elementos da família podem passar em diversas fases das suas vidas. Este é o caso dos filhos que migraram para São Paulo e retornam temporariamente antes de encontrar outro trabalho ou das filhas que se separaram dos maridos e ali encontram auxílio para criar os seus filhos. A possibilidade de retornar à parcela dos pais, seja em visita ou por um tempo indeterminado, está, portanto, prevista nesta concepção de espaço doméstico familiar.

Além destas dinâmicas de construção de casas descritas acima, a continuidade temporal da relação dos filhos dos assentados com a terra pode ser compreendida etnograficamente a partir da forma como se processa a gestão familiar da terra da parcela. Sucede com a plantação de cultivos destinados ao consumo da casa (o “roçado”), das hortas “do orgânico” (*i. e.* produção biológica de hortícolas cuja finalidade é a comercialização semanal) ou daqueles que, resultado do trabalho individual de um dos membros da família, são de sua posse exclusiva, os “roçadinhos” (Heredia 1979). Não havendo lugar para que todos os filhos permaneçam na actividade

agrícola, é comum que apenas um deles tenha a possibilidade de trabalhar no roçado e nas hortas da família e retirar o seu sustento dessa actividade produtiva. Por sua vez, é esperado que os outros filhos que residem com os pais ou que têm já a sua casa na parcela encontrem trabalho assalariado fora, frequentemente numa usina. Seja na produção de cana-de-açúcar<sup>4</sup>, de gado ou das hortas de produtos biológicos, o filho que trabalha em conjunto com o seu pai ou se encontra já a "tomar de conta" da parcela acaba por se posicionar também como privilegiado na sucessão da terra. Neste sentido, a expressão "tomar de conta" remete para uma noção de posse pela ocupação e responsabilidade que depende da presença continuada na terra. Esta noção alternativa à de propriedade privada evidencia as disputas em torno da territorialidade e acentua o carácter condicional da noção de propriedade, dado que "tomar conta de uma terra" é condição elementar para ser seu dono.

Na impossibilidade de transmitir formalmente a propriedade da terra, as famílias assentadas asseguram assim aos seus filhos a transmissão da posse da terra por via do código da residência e do trabalho. Neste sentido, tanto a construção de casas como a abertura de hortas nas parcelas materializam um sentido de apropriação futura da terra pelas novas gerações de filhos de assentados, que recorre ao código partilhado da posse da terra através da presença continuada.

## Conclusão

A profundidade histórica da legitimidade da posse da terra por meio da sua ocupação é sustentada por alguns trabalhos historiográficos que descrevem os processos de concessão de terras no Brasil ocorridos entre os séculos XVI e XVIII através da doação de sesmarias a grandes latifundiários. Assim, no período colonial, o direito à propriedade pelo cultivo e ocupação efectiva da terra começou por surgir como um incentivo à colonização do território (Motta 2009: 16). A compreensão da evolução da propriedade da terra no Brasil – e, particularmente, o facto da propriedade latifundiária ter sido a primeira forma de propriedade da terra, ao passo que a pequena propriedade camponesa se constituiu em disputa com o rígido sistema latifundiário (Guimarães 2009: 48) – permite-nos reequacionar a discussão em torno da posse e da propriedade da terra, traçando uma continuidade entre os direitos de propriedade pela ocupação e conquista que presidiram à filosofia jurídica da propriedade da terra no período colonial e a história das práticas e lutas pela posse da terra no período que se lhe segue até à actualidade.

Na região canavieira de Pernambuco, mesmo depois do final da escravatura, a oscilação da economia da cana marcou sempre as relações de poder que afectavam tanto a esfera do trabalho, como as dinâmicas de residência e acesso à terra da maior parte da população. Tal como acontece noutras regiões de monocultura, os senhores-de-engenho detinham a propriedade de terra mesmo nos períodos em que a economia açucareira entrava em declínio e a produção era diminuta. Nestes casos, sobretudo quando a terra passava a ser usada para a criação de gado – que necessitava comparativamente de muito menos mão-de-obra do que a cana-de-açúcar – a situação acabava por implicar a dispensa de largos contingentes de trabalhadores (Andrade 2001). Por sua vez, esta dinâmica de ocupação e povoamento da terra provocava uma alternância com os períodos de maior produção de cana em que se expulsavam mais moradores do seu sítio e havia maior controlo da posse da terra por parte dos proprietários latifundiários.

---

<sup>4</sup> Actividade que continua a constituir um rendimento anual garantido na região.

Justamente, a possibilidade de expansão da ocupação da terra por parte dos trabalhadores dentro do espaço do engenho em períodos de recessão da cana é um dos temas mais debatidos por parte da historiografia dedicada ao Nordeste açucareiro. Algumas abordagens têm vindo a mostrar que, entre os séculos XVIII e XIX, os trabalhadores do engenho que tivessem alguma garantia de posse acabavam por conseguir desenvolver uma agricultura de subsistência (Palacios 2004). No entanto, a possibilidade de ter um “sítio para plantar” estava vedada à maior parte dos trabalhadores do engenho, situação que criava de facto uma das distinções mais estruturantes da hierarquia dentro dos engenhos (Dabat 2007; Palmeira 2009). A situação veio a agravar-se depois do “fim da morada”, época de grande industrialização e aumento da produção de cana-de-açúcar que se seguiu à década de 1950 e que ficou marcada por formas contundentes de desapropriação dos trabalhadores, pequenos proprietários e foreiros, tais como a proibição de plantar árvores e mesmo a destruição das casas de morada (Furtado 1964: 144). Esta crescente expulsão da terra teve um forte impacto na Zona da Mata, dado se tratar de uma região onde os engenhos haviam sido a modalidade de povoamento rural mais generalizada e onde vivia de facto a maior parte da população.

Noutros contextos rurais do Nordeste do Brasil, onde a posse da terra é constituída pela invocação de um fundador ancestral, como no sertão do Piauí (Godoi 1998) ou a transmissão é feita por uma linha de herança familiar, como acontece entre os sitiantes do Sergipe (Woortmann 1995), o que legitima o direito à terra é a continuidade temporal da família através desta dinâmica das áreas de residência (Viegas 2014). Se é verdade que os habitantes de Arupema e os assentados por toda a Zona da Mata foram praticamente “sem-terra” durante a maior parte das suas vidas, circulando entre engenhos em busca de casa e de trabalho para a família, os seus testemunhos e histórias de família demonstram que a terra foi e continua a ser um referente identitário central na sua experiência de vida familiar. Naquele que é conhecido como “o mundo dos engenhos”, os princípios de “morar e trabalhar” permanecem como referentes fortes e apresentam-se como o ideal camponês procurado pelos assentados da Zona da Mata de Pernambuco (Wanderley 2003). De facto, não se trata de uma simples relação económica com a terra, em que esta se torna apenas num objecto de investimento ou meio de subsistência. Na sua dimensão social e cultural, a propriedade da terra é a condição para que se viva em família (Wanderley 2004: 72). Tal como vários antropólogos têm demonstrado a partir dos estudos em diversos contextos camponeses da América Latina<sup>5</sup> e, especificamente, entre os pequenos proprietários da Zona da Mata de Pernambuco estudados no início da década de 1990 (Mejía 1992), mais do que uma lógica económica da acumulação e do lucro, a sucessão ou continuidade temporal da propriedade deve ser compreendida, principalmente, por meio de uma lógica económica de morada, relacionada com a permanência e o aumento do tamanho da casa que garante a continuidade da família.

Em Arupema, assegurado o acesso à terra através do assentamento, os termos locais da posse da terra expressam-se na possibilidades de “morar na parcela”, trabalhar na terra, plantar árvores e decidir o que cultivar, manifestando concepções interligadas de parentesco e domesticidade, territorialidade e pertença ao lugar. Ao inverso do que acontecia no tempo dos engenhos, a vivência dos assentamentos permitiu também a activação dos casamentos locais e o desencadear do processo de sucessão da casa e da

---

<sup>5</sup> Vejam-se, designadamente, os trabalhos sobre a Colômbia de Gudeman e Rivera 1990 e algumas etnografias realizadas recentemente entre as comunidades ribeirinhas da Amazónia brasileira (Harris 2000; Machado 2012).

parcela para um dos filhos, com a possibilidade de dar aos outros um “chão de morada” para ali construírem a sua casa ou residirem temporariamente em algum momento das suas vidas. Com a autonomia que ganharam, estas pessoas procuraram transformar a parcela num espaço familiar, num sítio, “a terra da gente”, reconfigurando a própria família de acordo com o velho princípio de “voltar ao lugar onde o seu umbigo foi enterrado”. Neste sentido, tanto as antigas casas de morada dos engenhos, os acampamentos e ocupações dos sem-terra, como os sítios que se procuram consolidar dentro dos assentamentos, apresentam diversos sentidos da posse da terra que coexistem, se disputam e caracterizam contemporaneamente a região da Zona da Mata de Pernambuco.

## Referências

- Andrade, M. C. 2001. “Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco”. *Estudos Avançados*, 15, n. 43: 267-280.
- Carsten, J. 2004. *After kinship*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cordeiro, M. 2010. *Filhos da reforma agrária: terra, casa e lógicas de sucessão*. Tese de mestrado em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Dabat, C. 2007. *Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Tese de doutoramento em História, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.
- Diégues Júnior, M. 1959. “Land tenure and use in the Brazilian plantation system”. In *Plantation systems of the new world*, org. E. Wolf, M. Diégues Júnior, R. Bastien, S. Mintz, T. L. Smith e R. T. Smith, Washington DC: Pan American Union, 104-125.
- Freyre, G. 2001 [1ª ed. 1933]. *Casa Grande & Senzala*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Furtado, C. 1964. *Dialética e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Godoi, E. 1998. “O sistema do lugar: história, território e memória no sertão”. In *Além dos Territórios: para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos*, org. E. Godoi e A. Niemeyer, Campinas: Mercado de Letras, 97-131.
- Gudeman, S.; e Rivera, A. 1990. *Conversations in Colombia: the domestic economy in life text*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Guimarães, A. P. 2009 [1ª ed. 1963]. “Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros”. In *Camponeses brasileiros Vol I: Leituras e interpretações clássicas*, org. C. Welch et al., São Paulo: Editora da Unesp; Ministério do Desenvolvimento Agrário/ NEAD, 45-55.
- Harris, M. 2000. *Life on the Amazon: anthropology of a Brazilian peasant village*. Oxford: Oxford University Press.
- Heredia, B. 1979. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Leite, S.; Heredia, B. M. A.; Medeiros, L.; Palmeira, M.; e Cintrão, R. 2004. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: NEAD.
- Machado, J. 2012. *Lugares de Gente: mulheres, plantas e redes de troca no delta amazônico*. Tese de doutoramento em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Mejía, M. 1992. *A família numa comunidade da área canavieira de Pernambuco*. Tese de mestrado em Antropologia Social, Rio de Janeiro, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- Micaelo, A. L. 2014a. *Essa terra que tomo de conta: Parentesco e Territorialidade na Zona da Mata de Pernambuco*. Tese de doutoramento em Antropologia, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Disponível [aqui](#).
- Micaelo, A. L. 2014b (no prelo). “Andar pelo meio do mundo e assentar: dinâmicas familiares no Assentamento Arupema (Pernambuco)”. In *Ciências Sociais Cruzadas: Pesquisas brasileiras e portuguesas no ICS*, org. I. C. Silva, S. Frangella, S. Aboim e S. M. Viegas, Lisboa: Coleção Estudos & Relatórios ICS.
- Motta, M. 2009. *Direito à terra no Brasil: a gestação do conflito, 1795-1824*. São Paulo: Alameda.
- Pina Cabral, J. 1991. *Os Contextos da Antropologia*. Lisboa: Difel.
- Pina Cabral, J.; e Silva, V. 2013. *Gente livre: Consideração e Pessoa no Baixo Sul da Bahia*. São Paulo: Terceiro Nome.
- Palacios, G. 2004. *Campesinato e Escravidão no Brasil: Agricultores Livres e Pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)*. Brasília: Editora UnB.
- Palmeira, M. 2009 [1ª ed. 1977]. “Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional”. In *Camponeses brasileiros, vol. 1: Leituras e Interpretações Clássicas*, org. C. Welch et al., São Paulo: Editora da Unesp; Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 203-215.
- Rosa, M. 2004. *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na Zona Canavieira de Pernambuco*. Tese de doutoramento em Sociologia, Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.
- Sigaud, L.; e L’Estoile, B. 2006. *Ocupações de Terra e Transformações Sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Sigaud, L.; Ernandez, M.; e Rosa, M. 2010. *Ocupações e Acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Viegas, S. M. 2007. *Terra Calada: os Tupinambá na Mata Atlântica do Sul da Bahia*. Coimbra: Almedina.
- Viegas, S. M. 2014 (no prelo). “Temporalities of Ownership: Land possession and its transformations among the Tupinambá (Bahia, Brazil)”. In *Ownership and Nurture: Studies in Native Amazonian Property Relations*, org. M. Brightman, C. Fausto e V. E. Grotti, New York & Oxford: Berghahn Books.
- Wanderley, M. 2003. “‘Morar e trabalhar’: o ideal camponês dos assentados de Pitanga”. In *Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos*, org. J. Martins, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 203-246.
- Wanderley, M. 2004. *Globalização e Desenvolvimento Sustentável: dinâmicas sociais, rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Polis; Ceres-Unicamp.
- Woortmann, E. 1995. *Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo: Hucitec.